

Cascudo, cachaça e a história das bebidas no Brasil¹

Cachaça com cor, cheiro e gosto de cachaça

Marcelo Câmara, Cachaça: prazer brasileiro

Objeto de estudo recentemente inserido no campo de preocupações dos historiadores brasileiros, a história do álcool é tema de vasta bibliografia em diversos âmbitos das ciências humanas no Ocidente². Neste artigo realizamos de início um pequeno apanhado bibliográfico apresentando a produção recente sobre a temática “história da cachaça” e insistimos na defesa de um ponto de vista amadurecido que aproveite o objeto para compreender novos aspectos da sociedade colonial luso-americana. No limite, trata-se de pensar nas formas brasileiras de beber considerando sua historicidade, isto é, seu caráter mutável.

*

Em 1967, é publicado em Natal o *Prelúdio da Cachaça*, redigido pelo renomado folclorista brasileiro Luis da Câmara Cascudo. Primeiro dos cinco livros publicados pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), na *Coleção Canavieira*³. Neste texto, Cascudo faz uma compilação de fontes que deram notícias acerca das bebidas alcoólicas utilizadas no Brasil a partir dos “descobrimientos”, desde a sinonímia do termo, oriundo da expressão portuguesa quinhentista “cachassa”, até seus usos corriqueiros entre os sertanejos, passando por formas de preparo e funções sociais, econômicas e políticas atribuídas à aguardente. Para a composição de sua monografia, o autor vasculha fontes de naturezas diversas: escritos de viajantes, estudos naturalistas e antropológicos, tratados de alimentação e saúde, dicionários específicos, relatórios comerciais, textos literários em prosa e verso, dizeres, contos, poesias, autos e músicas populares. Deste vasto material, incorpora uma série de usos e significados referentes ao mundo açucareiro e aos engenhos de rapadura e de aguardente. Informações de variadas procedências são fornecidas, portanto, na intenção de narrar com realismo o cotidiano da ingestão de aguardente de cana pelos agentes pobres da sociedade brasileira. De forma geral, o que vemos de fato são descrições de um conjunto fragmentado de dados, que não compõem

¹ Com algumas modificações, este artigo é o primeiro capítulo de minha dissertação de Mestrado intitulada: *A moderação em excesso: estudo sobre a história das bebidas na sociedade colonial*. Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH-USP. Orientador: Henrique Carneiro. São Paulo, 2010.

² Para uma caracterização mais geral do objeto e suas possibilidades de articulação, ver: Ulpiano T. Bezerra de Meneses e Henrique Carneiro. *A História da alimentação: balizas historiográficas*. In: *Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material*, vol.5, jan-dez., 1997. Sobre o tema do álcool em especial, destacamos apenas: Mary Douglas. *Construtive drinking: Perspectives on drink from Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991; Sonia Corcuera de Mancera *El frayle, el índio y el pulque*. Evangelización y embriaguez em la Nueva España (1523-1548). México: FCE, 1991 e William B. Taylor. *Embriaguez, homicídio y rebelion en las poblaciones coloniales mexicanas*. México: FCE, 1987.

³ Os outros foram pela ordem: *Açúcar*, de Gilberto Freyre; *Cachaça*, de Mario Souto Maior; *Açúcar e Alcool*, de Hamilton Fernandes e *Sociologia do Açúcar*, também de Câmara Cascudo. O IAA também mantinha a revista *Brasil Açucareiro*, que aparecia como linha editorial que dava espaço para os intelectuais folcloristas brasileiros. Aluizio Lins de Oliveira. *Doce engenho: considerações a respeito do livro Sociologia do Açúcar: pesquisa e dedução de Luis da Câmara Cascudo*. III Seminário de História do Açúcar, FFLCH-USP, 2009.

uma narrativa coesa capaz de contribuir para o entendimento da vida social que o autor se propõe a examinar.

Além disso, a obra contém elementos de oralidade, percebidos ao se observar as associações feitas de algumas bebidas com costumes, tradições e festividades populares, com hábitos e etiquetas cultivadas por elites sociais. Conforme atesta, “nascida sem pobreza [...], podendo atender ao apetite dos fregueses humildes, escravos, mestiços, trabalhadores de oito a jornal, todo um povo de reduzida pecúnia”⁴, a cachaça vai alcançando o estatuto de bebida nacional, significando também, “predileção, uso fiel, costume, norma, vício, hábito, mania”⁵. Malgrado certo ar de colcha de retalhos, Cascudo efetua a primeira monografia sobre a aguardente de cana no Brasil. Esta seria mais uma de suas contribuições para a constituição do “movimento folclorista brasileiro”, iniciado na década de 30 junto com Arthur Ramos e Mário de Andrade. Na esteira desses estudiosos foi criado em 1946 a Comissão Nacional do Folclore, reunindo a nata dos especialistas e interessados no assunto e encabeçada por Édison Carneiro, Joaquim Ribeiro e Cecília Meirelles, além de Cascudo⁶. Na tentativa de se institucionalizar os estudos de folclore no Brasil, os integrantes desta Comissão procuraram estabelecer algumas diretrizes para o modo de estudar o assunto. Uma delas foi a definição do objeto como sendo o “fato folclórico”: coletivo, anônimo e essencialmente popular, incluindo ocorrências “espirituais” (canções, trovas, ditados, etc) e cristalizações na cultura material⁷. O povo, sujeito onisciente da cultura autêntica, fora entronizado e tornado imune às ingerências de escolas, igrejas, academias até à ação deletéria perpetrada pela indústria cultural nascente.

Para defender a hipótese de que o termo “cachaça” significando aguardente de cana seria traço característico da sociedade brasileira⁸, no nosso texto em questão Cascudo recupera as circunstâncias em que a bebida aparecera a fim de justificar seu consumo pelos pobres e elevá-la à condição de bebida tipicamente nacional⁹. Nesse sentido, a aguardente, dentre outras funções, permitiria a fuga ao cotidiano opressor, decepcionante e monótono a que os escravos eram submetidos. E sua popularização ter-se-ia realizado das classes subalternas para as mais abastadas, do Brasil para a África e

⁴ Câmara Cascudo. *Prelúdio da cachaça: etnografia, história e sociologia da aguardente no Brasil*. Natal: Coleção Canavieira, 1962. p. 32.

⁵ Idem, p.243.

⁶ Muito embora já fosse considerado o maior folclorista brasileiro quando a Comissão foi fundada, Cascudo nunca quis deixar sua terra natal para participar de perto das decisões da instituição sediada no Rio de Janeiro. Sendo um “provinciano incurável”, na expressão citada por Vilhena, sua colaboração para a constituição de uma “ciência do povo” teria partido sempre do Rio Grande do Norte, de onde, em 1941, fundou a Sociedade Brasileira do Folclore. Luis Rodolfo Vilhena. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte: FGV, 1997, p. 158-172.

⁷ A expressão de inspiração durkheimiana visava integrar o folclore “às ciências antropológicas e culturais”. Sérgio Miceli. *Disciplina de amor*. Artigo publicado no Jornal de Resenhas, n 36, 1998.

⁸ Em suas palavras: “Dizendo CACHAÇA, valendo bebida-aguardente, creio *brasileirismo*”. Luis da Câmara Cascudo. Op. Cit., p. 17.

⁹ Tal proposta de recuperar as “raízes nacionais” da aguardente de cana, elegendo-a como sujeito do processo histórico, também é encontrada em: Luciano Figueiredo e Mary Del Priore (orgs.). *Cachaça, alquimia brasileira*. Rio de Janeiro: 19 Design, 2005; Alessandra Garcia Trindade. *Cachaça: um amor brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos, 2006; Erwin Weimann. *Cachaça, a bebida brasileira*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2006; Jairo Martins da Silva. *Cachaça, o mais brasileiro dos prazeres*. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2006 e Marcelo Câmara. *Cachaça: prazer brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. A seguir, teceremos algumas considerações a respeito desses textos, por acreditarmos que eles sintetizam uma tendência hegemônica de abordagem do tema “história da cachaça”.

depois para as outras partes do mundo, ou melhor, “a propaganda da cachaça partiu de baixo para cima e de dentro para fora”¹⁰. Nessa perspectiva, ela aparece como

a bebida-do-povo, áspera, rebelada, insubmissa aos ditames do amável paladar, bebida de 1817, da Independência, atrevendo-se enfrentar o vinho português soberano, o líquido saudador da Confederação do Equador em 1824, dos liberais da Praia em 1848, a PATRÍCIA, a PATRIOTA, a GLORIOSA, cachaça dos negros do Zumbi no quilombo dos Palmares, do desembargador Nunes Machado e de Pedro Ivo, dos Cabanos, cachaça com pólvora dos cartuchos rasgados no dente, na Cisplatina e no Paraguai, tropeias dos Quebra-Quilos, do Club do Cupim, conspirador abolicionista, gritador republicano, a BRASILEIRA¹¹

Deparamo-nos com esta reunião de informações que demonstram uma erudição vazia por não se ocupar das relações sociais e sim com as relações da aguardente. Isto torna a narrativa uma exposição de caracteres isolados, sem laços articulados com outros aspectos sociais e históricos, o que faz perder toda a significação e a possibilidade de se tornarem fatores de compreensão da vida social. No trecho acima, a aguardente parece interferir nas ações humanas e definir os rumos da história brasileira. O que não quer dizer que no texto não haja dados e afirmações sobre o desenvolvimento histórico da aguardente, todavia, apresentados como evidentes e inquestionáveis. Em suma, aparecem alegações que se querem verdadeiras, a mais explícita, sem dúvida, é a de que a cachaça fora um instrumento identitário. E de fato o foi, mas não porque o povo insistiu em ingeri-la para se impor diante do estrangeiro e suas bebidas. Não porque expressa autonomia do homem sertanejo que se orgulha das coisas típicas do seu cotidiano. A aguardente compõe a identidade nacional porque mediou um conjunto de acontecimentos históricos diferentes que variaram em cada região e tempo. Faz parte da identidade nacional não como agente histórico, mas como elemento que intermediou relações entre sujeitos e forneceu inteligibilidade à interação entre eles.

Além do mais, nossa unidade nacional com passado de colônia formou-se a partir de um padrão baseado na imposição cultural de cima para baixo. Por isso, há perdas das heranças culturais dos de baixo, pois elas não podem ser harmonizadas às condições em que os estratos dominantes tendem a realizar a integração, baseada em seus interesses de dominação. Na esteira de Roger Bastide, o fato da sociedade brasileira ter propiciado a mistura de elementos culturais de proveniências étnicas distintas não tem qualquer significação, ao contrário do que defendia o “mito da democracia racial”. Importa a natureza da relação entre os elementos e a forma pela qual eles se articulam e se expressam socialmente, documentando uma sociedade colonizada¹². No *Prelúdio*, as diferentes formas de beber dos grupos que formaram o Brasil aparecem integradas e desprovidas de conflitos, como se houvesse uma comunhão de espaços de convivência dos usos medicinais, religiosos, políticos e econômicos dos brancos, índios e negros. Seguindo Bastide, poderíamos afirmar que este ponto de vista é expressão de um “folclore artificial”, que apresenta as manifestações mestiçadas “como o resultado de

¹⁰ Ibidem, p. 37.

¹¹ Ibidem, p.54.

¹² À época da produção deste texto era latente a tensão entre os folcloristas e os cientistas sociais universitários, que perceberam o embaraço analítico dos primeiros por privilegiarem em demasia o enfoque culturalista. Esta perspectiva influenciada pela antropologia norte-americana “situava a sociedade ‘como uma parte da cultura’, ao invés de tomá-la como seu pólo [...] num conjunto dialético”, deixando o folclore “flutuar no ar”, quando, na verdade, ele só existe “encarnado numa sociedade”. Sérgio Miceli. Op cit., p. 04.

recursos utilizados pela cultura dominante para incorporar ideologicamente índios e negros à sociedade colonial”, escondendo assim, que as formas folclóricas surgem, desaparecem e se modificam sempre de acordo com mudanças que se operam na estrutura social em que elas ocorrem. Esta é talvez a marca mais forte do tempo histórico no texto de Cascudo: ele descreve as aparências da cultura popular de ingestão de bebidas, alegando fazer uma “ciência do povo”, resultando na narração desarticulada e empobrecida da experiência ética dos agentes históricos da sociedade brasileira, reduzindo-a a mero anedotário. Uma descrição nesses termos colabora com a fixação da imagem de que o beber é algo banal, sem forcas sociais atuantes. Em suas palavras: “a cachaça só pode contar anedotas de embriaguez banal, nauseada e sem vôo”¹³. Uma descrição como esta colabora com a noção de que a cachaça é bebida do conjunto de cidadãos do Brasil - como se a cidadania plena fosse ponto pacífico entre nós -, contribui para a constituição de uma interpretação paródica da cultura popular brasileira, para a naturalização da dominação e imposição sofridas pelos modos de beber na história da sociedade colonial e para a legitimação da embriaguez regulada, moderada, moral e cristã requisitada no passado de colônia.

Convém afirmar também que o texto de Cascudo pretende transmitir uma visão realista das aplicações e usos da cachaça pelo povo brasileiro. Acreditando descrever a verdade como ela é, o autor minimiza as contradições sociais inerentes ao que envolve o beber, contribuindo pouco para o entendimento das relações entre os agentes que têm a bebida de cana como elo de ligação¹⁴. Ao lado disso, lança pequenas teses com vistas a legitimar as estruturas sociais brasileiras, em destaque, a espontaneidade da ingestão de cachaça pelos sertanejos do Brasil¹⁵. Os diferentes usos do álcool implicam em confrontos entre forças sociais envolvidas, interações, concessões, etc. Em Cascudo, isto desaparece. Em outros termos, o folclorista desistoriciza o tema. Apesar destas insuficiências, a obra de Cascudo é um belo esforço de demonstração da importância da aguardente de cana para a sociedade brasileira nas mais diversas esferas sociais e em diferentes tempos, inclusive por ser o primeiro trabalho com essa preocupação. Além do mais, alguns trabalhos redigidos recentemente sobre o tema herdaram a mesma perspectiva daquele autor, a saber, a elevação da bebida à categoria de sujeito do processo histórico. Nele, a personificação aparece da seguinte maneira:

a cachaça, nascida possivelmente no século XV, sem nobreza, acesso palaciano, intimidade com gênios literários e musicais, teve seu ingresso vedado pela etiqueta às residências de espanto e bares de “Grande Hotel”, recomendado ao turismo¹⁶

Nesse mesmo diapasão, a cachaça, fio condutor da trama, aparece no livro do químico Erwin Weimann¹⁷. O autor reconstitui a história da bebida como se quisesse agregar valor ao produto, com se pretendesse promover seu consumo atual. Para isso, é

¹³ Luis da Câmara Cascudo. O. cit., p. 87.

¹⁴ No seu dizer, “cachaça é coisa de cabra” e ponto. Considerando-se que “cabra” diz respeito ao caboclo do sertão nordestino. Luis da Câmara Cascudo. Op. Cit., p. 80.

¹⁵ Com base nos comentários de Miceli, afirmaríamos que isto deriva da incapacidade de Cascudo de incorporar as transformações desencadeadas pela expansão da indústria cultural, tornando-o, assim como seus pares, em “defensores da arte popular tradicional, cultuando a ‘aura’ de um passado arcaico a que estariam associados o ‘espontaneísmo’ e a ‘pureza’ da criação coletiva e anônima de cultura”. Sérgio Miceli. Op. Cit., p. 05.

¹⁶ Luis da Câmara Cascudo. Op. Cit., p.86.

¹⁷ Erwin Weimann. Op. cit.

apontada a distribuição da aguardente pelos escravos como forma de aliviar a fome e o cansaço; é citada a lei “subsídio literário”, cobrada sobre a bebida para sustentar os professores régios que vinham lecionar na América Portuguesa, a fim de indicar que “estes antecedentes ajudaram a fazer da cachaça um símbolo de resistência à dominação da metrópole. Brindar com cachaça representava uma atitude política de luta contra a opressão portuguesa”¹⁸. Modo de dizer que opera a iconização também aparece em *Cachaça, um amor brasileiro*, de Alessandra Garcia Trindade. Referindo-se à cachaça, ficamos sabendo que “ela sempre esteve presente na construção do nosso país, afirmando seu sabor e sua autenticidade”¹⁹. Em trecho bastante claro desse viés, encontramos:

a cachaça *testemunhou* os movimentos de organização operária no início do Novecentos, *camincou* na Coluna Prestes (1924-6), *foi ícone* na Semana de Arte Moderna de 1922, *ilustrou* as histórias da Velha República, foi, novamente, tomada com pólvora na Revolução Constitucionalista de 1932, *acompanha* os próceres e os opositores do Estado Novo²⁰.

Ora, os objetos materiais só dispõem de propriedades imanentes de natureza físico-química: matéria-prima, peso, densidade, textura, sabor, opacidade, forma geométrica, etc. Todos os demais atributos são aplicados às coisas, isto é, os sentidos e os valores não advêm delas, mas da sociedade que os produz, armazena, faz circular e consumir, mobilizando tal ou qual atributo físico²¹. Este deslocamento da derivação dos atributos fica mais claro quando Marcelo Câmara enuncia: “a bebida ‘*sustenta*’ a escravaria, o braço trabalhador, *alegra* os achados de veios e minas, nas rochas e aluviões, *movimenta* as festas, *esquenta* os corpos, *diminui* o sofrimento”²².

Uma ‘história da aguardente’ só tem sentido, quando ela participa do processo histórico e dos regimes sociais enquanto produto da atividade humana por meio do qual as mais diversas relações de afinidade e/ou de conflito se estabeleceram entre diferentes agentes sociais. Mas não é assim que apresenta nosso objeto uma parte da literatura contemporânea dedicada a esta história. O que se observa, todavia, é a mobilização de uma estratégia discursiva que personifica o objeto, na qual o termo “cachaça” funciona como uma espécie de “blindagem” que impede sua inserção nas condições histórico-sociais que determinam sua significação. Desse modo, a substância faria seu “percurso secular”, nos dizeres de Cascudo, sem sofrer mutações em seus atributos que, desde a origem, a identifica com a classe popular e com nossa história. Portanto, nesta lógica, a bebida percorre os quinhentos anos de nosso passado caminhando junto com os pobres e mantendo suas características sensoriais e valorativas, o que a torna símbolo da nação tupiniquim²³. E para funcionar esta “blindagem” autores como Marcelo Câmara lançam mão de um tipo de falácia reconhecida como “tautologia”, que consiste em um erro lógico que apresenta como significativa uma proposição cujo predicado não diz nada a mais do que o sujeito. A tautologia é uma forma da “petição de princípio”, que é a

¹⁸ Erwin Weimann, Op. cit., p. 24.

¹⁹ Alessandra Garcia Trindade. Op. cit., p. 19.

²⁰ Marcelo Câmara. Op.cit., p. 23.

²¹ Ulpiano T. Bezerra de Meneses e Henrique S. Carneiro. Op. cit.

²² Idem, p. 21.

²³ Há uma série de publicações sobre a cachaça que adotam este posicionamento. Uma pequena lista desses textos pode ser encontrada no site <http://www.ocachacier.com/mm/?p=53>. Para uma lista mais extensa sobre o tema, com textos inclusive que destoam desta postura, ver o estudo bibliográfico empreendido por Lúcia Gaspar, Nadja Tenório e Sebastião Vila Nova, intitulado *Cachaça, uma bibliografia*, disponível no site da Fundação Joaquim Nabuco.

falácia que se comete quando se adota como premissa a própria conclusão que se tenciona provar²⁴. É como se se dissesse: “a cachaça é cachaça”. Ou, como diz a epígrafe extraída de livro do próprio autor: “cachaça com cor, cheiro e gosto de cachaça”. Desse modo, os próprios atributos físico-químicos funcionam como esta “blindagem”, o que autoriza afirmações do tipo: “ela [a cachaça] sempre esteve presente na construção do nosso país, afirmando seu sabor e sua autenticidade”²⁵. Estas construções organizam a economia interna dos textos sobre o tema a ponto de não se escapar da narrativa fetichizada do objeto cachaça, o que dá a impressão de que é a bebida quem atravessa a história com suas próprias pernas. Ademais, este tipo de caracterização pouco contribui para o conhecimento, uma vez que o objeto do historiador deve ser a sociedade, sua organização, funcionamento e transformação.

O resultado mais patente deste procedimento é a transformação da aguardente de cana em “objeto de consumo”, e por isso autonomizado, como sentido no interior de um código de significações hierarquizadas. Ao contrário, é questão de reconstruir a lógica social em que aparece o uso da substância, desnaturalizando seus processos de troca e significação²⁶. Por aqui encontramos as marcas temporais destes trabalhos contemporâneos: são livros para formar consumidores exigentes, consumidores distintos, tal como ocorre com os provadores de vinho. Esta é a diferença histórica: em Cascudo, a história da cachaça foi narrada do ponto de vista da cultura popular sertaneja; nos textos atuais, a história da bebida é contada para formar o consumidor interessado em se distinguir socialmente como um especialista em cachaça – um novo tipo de *connoisseur*, em síntese. Os livros pretendem versar o leitor no destilado brasileiro de cana, ensinando-lhe os processos de fabricação, as diferenças em relação a outros destilados e fermentados, as regiões produtoras, a situação do produto na economia nacional, as receitas possíveis e, o que aparece em todos, o modo de reconhecer uma cachaça de qualidade que, claramente, pretende estabelecer padrões organolépticos para definir o valor da nova commodity.

Ressalva deve ser feita ao *Cachaça, alquimia brasileira*²⁷ que, muito embora também incorra na iconização, contém dois artigos que fornecem de diferentes pontos de vista uma reconstituição bem documentada com base em fontes históricas e bibliografia especializada que informam sobre a historicidade das circunstâncias da ingestão da aguardente de cana na história brasileira. No primeiro deles²⁸, destaque para a descrição das disputas provocadas pelas investidas dos agentes da colonização sobre a produção, distribuição, troca e consumo da bebida pelos escravos e pobres livres bem como para o apontamento do marco representado pelo café no XIX, nova bebida sóbria que concorreu para substituir aquela embriagante nos hábitos cotidianos das classes baixas. Desta forma, Luciano Figueiredo contribui para se problematizar o passado colonial da aguardente, assim como o texto de Mary Del Priore²⁹ na mesma obra. Esta historiadora se vale de tratados médicos para oferecer a visão de algumas ocasiões de uso da aguardente no Brasil ao longo de sua história: usos terapêuticos, componente de mezinhas e rituais de magia amorosa. Nele, encontramos a descrição dos lugares em que

²⁴ LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico de filosofia*. São Paulo, M. Fontes, 1993.

²⁵ Marcelo Câmara. Op. cit., p. 23.

²⁶ Jean Baudrillard. *Para uma crítica da economia política do signo*. Lisboa: Edições 70, 1995.

²⁷ Luciano Figueiredo e Mary Del Priore (orgs.). Op. cit.

²⁸ Luciano Figueiredo e Renato P Venâncio. *Águas ardentes: o nascimento da cachaça*. In: Luciano Figueiredo e Mary Del Priore. Op. Cit., p. 12-57.

²⁹ Mary Del Priore. *Do copo ao corpo e do corpo à alma: cachaça, cultura e festa*. In: Luciano Figueiredo e Mary Del Priore. Op. Cit., p. 60-92.

a cachaça estava presente, como casamentos, enterros, festas, danças e bares, além da identificação das categorias sociais que a apreciavam. O livro é completado com entrevistas a Paulinho da Viola e Cida Zurlo além de artigo do agrônomo Fernando Valadares Novaes, justamente a respeito do modo contemporâneo de produção da substância³⁰.

Seja como for, interessa-nos tratar as bebidas alcoólicas como um instrumento de negociação e metáfora que articula os diversos agentes e dá inteligibilidade à interação entre eles. Inverter o objeto recortado para análise, deixando de lado a aguardente para direcionar a atenção aos indivíduos que dela fizeram uso. Como o fez Julita Scarano, que ao se debruçar sobre o cotidiano dos forros, pretos e mulatos da capitania de Minas Gerais no século XVIII, chama a atenção dos estudiosos que analisam o consumo alcoólico na sociedade luso-americana dos primeiros séculos para que eles fiquem atentos à ambigüidade de costumes, leis e de pareceres ligados à questão:

de um lado se considerava o álcool bom, curativo, lucrativo, valioso presente para pagar favores ou trabalhos recebidos, e de outro, viam-se apenas os malefícios produzidos. Esses malefícios entretanto, não diziam respeito aos males trazidos para o indivíduo em si, ou seja, sua saúde, mas para a sociedade constituída e sobretudo para a vida política. Nesse sentido, o álcool era considerado um produto que, pela sua produção e distribuição, escapava do controle de Lisboa, sendo muitas vezes trabalho de marginais, de quilombolas e de clandestinos. Por outro lado, fazendo com que as pessoas agissem fora das normas estabelecidas e das relações colônia/metrópole, abria cunhas para escapes de várias ordens, uma vez que a primeira existia e deveria trabalhar em prol da segunda e o álcool cortava o fio que deveria manter pessoas e coisas em lugares determinados pela Coroa³¹.

Ocorreria então um paradoxo no comportamento dos senhores de escravos mineiros: ao mesmo tempo em que forneciam a bebida a seus escravos nos momentos de trabalho, condenavam seu consumo em situações de festas e comemorações. Esta ambigüidade se explica, de um lado, pelo interesse dos senhores no melhor desempenho possível de seus trabalhadores e, de outro, pelo medo de revoltas que pudessem surgir das arruaças nos momentos de descontração e exacerbação das gentes de cor, dos quais a cachaça era componente essencial. Endossamos esta perspectiva de Scarano que privilegia o estudo das relações sociais mediadas pelo álcool enquanto gabarito de inteligibilidade para se explicar aspectos do modo de funcionamento da sociedade luso-americana³².

³⁰ Fernando Valadares Novaes. *Arte e ofício da cachaça moderna*. In: Luciano Figueiredo e Mary Del Priore. Op. Cit., p. 96-105.

³¹ Julita Scarano. *Bebida alcoólica e sociedade colonial*, em Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa. István Jancsó e Irís Kantor (orgs). São Paulo: Hucitec: EdUSP: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001, p. 467-483, p.480.

³² Outro autor que realiza esta leitura dos usos das bebidas alcoólicas na América Portuguesa é Carlos Magno Guimarães. Em artigo sobre o consumo de aguardente nos quilombos mineiros setecentistas, ele sugere que o consumo de cachaça entre os escravos atuava como um amortecedor do potencial de rebeldia, mas também era uma das estratégias de “resistência não violenta” dos cativos. Neste mesmo artigo, o autor formula com clareza a perspectiva da qual pretendemos escapar: “À guisa de conclusão, queremos insistir no fato de que não é nosso objetivo fetichizar a aguardente, colocando-a na condição de sujeito histórico sob o qual ficam camuflados os verdadeiros agentes do processo, quais sejam, quilombolas, escravos, forros, taberneiros, senhores, agentes de repressão, autoridades, etc. Na dinâmica social e no processo histórico tratados, a aguardente participou apenas como produto da atividade humana por meio do qual as mais diversas relações de afinidade e/ou de conflito se estabeleceram entre diferentes agentes e categorias sociais. A ‘história da aguardente’ só tem sentido quando assim considerada.” Carlos Magno Guimarães. *Os quilombos, a noite e a aguardente nas Minas coloniais*, em *Álcool e Drogas na*

Entretanto, para apreendermos com maior precisão o que esse ponto de vista pode nos deixar entrever, acreditamos que seja necessário entender estas práticas ambíguas no interior do processo de colonização do Brasil. Tal ambigüidade seria momento da domesticação da experiência etílica dos habitantes da sociedade colonial, cuja intenção era fornecer recursos à metrópole. Portanto, talvez seja o caso de caracterizar o que aparecia ali como normalidade possível diante das questões relativas ao consumo de álcool. E contar a história de como esta normalidade ou ambigüidade foi constituída, com a intenção de nosso trabalho é indicar a historicidade das práticas em torno do álcool, os embates, o campo de forças que envolveram seus usos e as representações que foram constituídas. No limite, seria questão de *desnaturalizar* os significados socialmente impostos sobre dos usos do álcool na sociedade brasileira.

Em linhas gerais, pretendemos fazer uma reflexão histórica em busca da constituição de um ponto de vista de historiador periférico para o estudo da sociedade colonial luso-americana, tendo a história do álcool como terreno de observação. Para tanto, algumas questões que norteiam nossa proposta podem ser formuladas nos seguintes termos: no Brasil, por que os homens bebem? Qual a força regulatória do valor moderação e, no geral, quais as formas de controle da experiência etílica que ganharam corpo ao longo de nossa história?

Longe de esgotar o debate bibliográfico e a resposta a estas questões, acima de tudo, interessa-nos refletir sobre as múltiplas determinações que conformaram as práticas sociais mediadas pelas bebidas alcoólicas na sociedade brasileira, restituindo a tensão em torno das questões relativas ao álcool. Para isso, entendemos que esta história só ganha sentido se articulada com os objetos tradicionais da historiografia, como as dimensões políticas, econômicas, religiosas e culturais.

Articular o estudo do objeto “história das bebidas” com estas outras esferas a fim de restituir sua tensão interna, a fim de levar as questões para o terreno político, sobretudo, retirando-a do território da saúde. Para o que, acreditamos que seja importante investigar se existe relação entre o fato de a Ambev bater recordes de lucros e nas estatísticas de saúde pública o alcoolismo ser causa recorde de mortes. Que o Estado brasileiro tutela juridicamente as rendas desta empresa, fica claro se observarmos as medidas antialcoólicas promulgadas nos últimos anos. Em nenhuma delas se exige o compromisso das indústrias de bebidas alcoólicas para com seus consumidores abusivos. Um sintoma talvez esteja no slogan “Beba com moderação”, que aparece no final das propagandas de cerveja. Ora, o que requer esta expressão senão legitimar a irresponsabilidade das indústrias cervejeiras em relação àqueles que abusam de álcool? Irresponsabilidade com completa anuência estatal. Talvez seja um pouco grosseiro afirmar que é como se se dissesse: beba, beba e beba que você se dará bem, mas se você se dar mal isto é problema seu!

Ou melhor, isto hoje se tornou problema da medicina. Ao deixar de tratar o alcoolismo como crime passando a considerá-lo como doença, o controle sobre os que sofrem do problema apenas aumentou. Com imperativos ancorados apenas em “referentes pré-discursivos” (procura-se até identificar o “gene do alcoolismo”), legitima-se a intervenção médica sobre os alcoolistas ao longo de toda a vida. E se esconde as causas sociais subjacentes ao comportamento abusivo. Portanto, seria o caso de suspender o quase monopólio das “ciências clínicas do mental” (medicina, psicologia, psiquiatria, etc) sobre a verdade das pessoas com problemas relativos à

ingestão de álcool. Levar a questão para a saúde pública representou uma regulação mais profunda sobre o alcoolista.

Outra expressão do refinamento da administração da ingestão do álcool foi o surgimento do aparelho que mede a alcoolemia dos condutores brasileiros, o famigerado “bafômetro”. Emergem os termos da gramática atual: ninguém questiona a vitória do fordismo muito menos a alta lucratividade da indústria cervejeira – garantida também pela eficácia de sua publicidade –, mas ficamos assustados diante do grande número de acidentes de trânsito com motoristas embriagados. Para tratar da questão sem tocar no lucro, medicalizamos os alcoolistas ou avançamos na imposição de ferramentas de segurança. Ou ainda, temos à mão as campanhas de “conscientização”, patrocinadas geralmente pela própria Ambev. Infelizmente, estamos diante de diferentes maneiras de não progredirmos na reflexão crítica sobre o tema.

Uma coisa parece certa: o argumento de que a única forma de fazer o indivíduo não dirigir se beber seria ameaçando-o de punição prevista em lei, reforça o caráter repressor de nossas sociedades. Amedrontar para fazer seguir a lei parece alternativa apressada, não assentada em reflexão histórica demorada sobre as bases de nossos modos de beber e se embriagar bem como de suas conseqüências. Parece-nos importante compreender historicamente a estrutura social em que o uso de álcool ocorre. Com isso, talvez possamos fortalecer a luta pela atribuição de sentido à ingestão de bebidas, oferecendo uma reflexão histórica que escape da significação amedrontadora e repressora do discurso do poder, e insista numa educação tolerante e permissiva que seja capaz de criar novas normas e novos comportamentos alcoólicos.

Bibliografia

- BAUDRILLARD, Jean. *Para uma crítica da economia política do signo*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- CÂMARA, Marcelo. *Cachaça: prazer brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- CASCUDO, Câmara. *Prelúdio da cachaça: etnografia, história e sociologia da aguardente no Brasil*. Natal: Coleção Canavieira, 1962.
- DOUGLAS, Mary. *Construtive drinking: Perspectives on drink from Antropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- FIGUEIREDO, Luciano; PRIORE, Mary Del (orgs.). *Cachaça, alquimia brasileira*. Rio de Janeiro: 19 Design, 2005.
- LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico de filosofia*. São Paulo, M. Fontes, 1993.
- MANCERA, Sonia Corcuera de. *El frayle, el índio y el pulque*. Evangelizacion y embriaguez em la Nueva España (1523-1548). México: FCE, 1991.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de, CARNEIRO, Henrique. *A História da alimentação: balizas historiográficas*. In: *Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material*, vol.5, jan-dez., 1997.
- SCARANO, Julita. *Bebida alcoólica e sociedade colonial*, em Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa. István Jancsó e Iris Kantor (orgs). São Paulo: Hucitec: EdUSP: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001, p. 467-483, p.480.
- SILVA, Jairo Martins da. *Cachaça, o mais brasileiro dos prazeres*. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2006.
- TAYLOR, William B.. *Embriaguez, homicídio y rebelion en las poblaciones coloniales mexicanas*. México: FCE, 1987.

TRINDADE, Alessandra Garcia. *Cachaça: um amor brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos, 2006.

VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte: FGV, 1997.

WEIMANN, Erwin. *Cachaça, a bebida brasileira*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2006.